

# Rombos nos orçamentos podem chegar a 75%

SÔNIA CARNEIRO

O rombo nos orçamentos da União dos últimos cinco anos pode atingir de 36% a 75% de cada proposta aprovada pelo Congresso. Essa é a estimativa que a CPI do Orçamento faz do total do rombo no orçamento praticado pelo esquema manipulado pelo deputado João Alves (sem partido-BA). O rombo foi causado pelos desvios, irregularidades, má aplicação de verbas, superfaturamento de obras, lucros das empreiteiras, pagamento de propinas, sem contar com as obras não realizadas pelas empreiteiras, cujos recursos foram liberados.

Só de movimentação bancária irregular constatada em 48 contas de parlamentares investigados pela participação no esquema, a Subcomissão de Bancos descobriu US\$ 150 milhões, num total de US\$ 195 milhões. Os parlamentares só conseguiram explicar a origem de US\$ 45 milhões. "E ainda falta apurar o lucro das empresas destes parlamentares, das empreiteiras, as propinas, e quanto foi repassado irregularmente pelo Executivo", revelou o coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA). Para o coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador

José Carlos Bisol (PSB-RS), o rombo provocado através das fraudes do Orçamento "é muito maior que o de PC Farias".

Só de subvenções sociais, contribuições (transferências do governo para entidades) e auxílios, o coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais, Garibaldi Alves acredita que ultrapassa a US\$ 1 bilhão. "Pode chegar a muito mais do que isso dependendo de novos levantamentos que não tivemos tempo de fazer" revelou Garibaldi.

Os técnicos que trabalham nas subcomissões da CPI do Orça-

mento estão inconsoláveis com o fato de que faltam 13 dias para o encerramento dos trabalhos da CPI e até agora não existe uma cifra precisa para calcular o rombo no Orçamento. "Como pode a CPI chegar ao seu final sem incluir o tamanho do rombo que o esquema do deputado João Alves fez no Orçamento nestes últimos anos?", comentou o deputado Benito Gama. Mas para o coordenador da Subcomissão de Emendas, Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), somente a Procuradoria Geral da República poderá fazer o cálculo exato dos desvios.